

Coletivo de Pais/Responsável de estudantes no *campus* IFSP Hortolândia

Cleber Fernandes Nogueira¹, Ana Luiza Ferreira de Pádua Bandeira²

¹IFSP Câmpus Hortolândia. E-mail: clebhud@gmail.com

²IFSP Câmpus Hortolândia. E-mail: luiza.bandeira@ifsp.edu.br

Resumo: Este texto traz o relato de experiência da constituição de um Coletivo de Pais/Responsáveis de estudantes, no *campus* Hortolândia do IFSP. Descreve os desafios, o desenvolvimento e o percurso na consolidação desta instância de participação, bem como as ações desenvolvidas, suas fragilidades e potencialidades. Na constituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica privilegiou-se, legalmente, a gestão democrática, porém a comunidade de pais/responsáveis não foram contempladas na composição das instâncias formais de deliberações. Diante disto, o *campus* Hortolândia realizou chamamento para o segmento de pais/responsáveis, por meio da Coordenadoria Sociopedagógica, a comporem uma instância de participação, em seguida, iniciou-se a materialização desta. Os registros documentais produzidos pelo Coletivo descrevem o percurso de sua constituição e consolidação, nos quais os participantes elegeram as prioridades de ação. Os pontos frágeis detectados são o baixo envolvimento dos pais/responsáveis, porém, isso se deve a vários fatores. As potencialidades levantadas são, entre outras, a mobilização de políticos locais em prol do *campus*. Por fim, é discutido o projeto de ensino concernido na atuação do Coletivo que tem conduzido os sujeitos à dimensão ativa da participação e intervenção nos contextos sociais dos quais pertencem.

Palavras-chave: coletivo. gestão democrática. Participação.

Linha Temática: Ações do Sociopedagógicas (CSP).

INTRODUÇÃO

Em seu organograma institucional os *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) possuem, organizado em uma coordenadoria, um setor chamado Sociopedagógico. Composto por uma equipe multidisciplinar que conta em sua formação básica, com assistente social, pedagogo, psicólogo e técnico em assuntos educacionais. Este setor, entre outras coisas, é responsável pela organização e participação das reuniões de pais e mestres.

A partir do ano de dois mil e dezesseis o *campus* IFSP de Hortolândia passou a oferecer cursos técnicos integrados ao ensino médio, portanto, passou a atender um público com idade escolar, ocasionando a obrigatoriedade¹ de fazer reuniões com os pais/representantes de estudantes para tratar de aspectos pedagógicos.

Durante a preparação para da primeira reunião de pais e mestres daquele ano letivo, foram realizadas conversas com os professores no sentido de definir uma metodologia para a reunião, bem como as pautas. No decorrer dessas conversas foram levantadas algumas diretrizes importantes para que a reunião não ficasse cansativa e pudesse envolver os pais e estudantes² a uma participação ativa, enquanto atores do processo pedagógico.

Destarte, a reunião de organização do encontro com pais/responsáveis e mestres levou a ideia de elaborar um convite aos pais para formarem um colegiado que discutissem questões relacionadas à instituição, bem como, para que se inserissem no cotidiano institucional. A finalidade de criar um coletivo de pais/representantes de estudantes, imbricados com as políticas institucionais do *campus*, foi para envolver a comunidade local em relação à instituição, dentro de um processo de aprendizagem para e na participação.

Do ponto de vista dos setores progressistas, a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade. (BORDENAVE, 1994, p. 12)

Os pais aceitaram a ideia, a partir de então passaram a ter encontros periódicos, nos quais iam se discutindo diversos assuntos, estruturando as reuniões e criando pautas para os próximos encontros.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é descrever o percurso da constituição e consolidação do Coletivo de Pais/Responsáveis de Estudantes no *campus* IFSP Hortolândia.

POR QUE INSERIR OS PAIS/RESPONSÁVEIS NA INSTITUIÇÃO?

Na constituição da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia privilegiou-se legalmente a gestão democrática, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, número 9.394 de 1996 e a Lei de Criação, número 11.892 de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Porém, nem todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, como pais/responsáveis por estudantes, foram contemplados na composição das instâncias formais de deliberações. Para explicar a necessidade de inclusão de toda a comunidade:

Por mais tautológico que isso possa parecer, o equívoco aqui apontado parece estar mais presente do que se imagina, na teoria e na prática da administração de nossas escolas, numa suposição de que a questão da democratização das relações deve restringir-se às pessoas que atuam no âmbito do Estado, sem se dar conta que, por mais colegiada que seja a administração da unidade escolar, se ela não inclui a comunidade, corre o risco de constituir apenas mais um

1 A LDBEN 9.394/96 dispõe em seu Artigo 12 no Inciso VII, que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos.

2 Naquela altura os estudantes foram convocados a participar junto com os pais/responsáveis, para além da normativa que expressa que, pode ser considerada como atividade escolar aquela com frequência controlada do aluno e com efetiva orientação por parte de professor devidamente habilitado, objetivava a integração de mestres, responsáveis e estudantes.

arranjo entre os funcionários do Estado, para atender interesses que, por isso mesmo, dificilmente coincidirão com os da população usuária. (2016, p. 22)

Assim como Lima:

A construção da escola democrática constitui, assim, um projeto que não é sequer pensável sem a participação ativa de professores e de alunos, mas cuja a realização pressupõe a participação democrática de outros setores e o exercício da cidadania crítica de outros atores, não sendo, portanto, obra que possa ser edificada sem ser em coconstrução. (2013, p. 38)

A gestão democrática do ensino público, ainda que prevista pelas normas citadas no parágrafo anterior - não obstante os Incisos I e II do Artigo 14 da LDB, orientarem para a participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica da escola e para a participação das comunidades escolar e local nos conselhos escolares - não há comandos precisos para execução, assim como não há na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, em sua Meta 19 que estabelece:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (BRASIL, 2014)

Seguida pela estratégia 19.7 que trata dos processos essenciais para a participação; os comandos destas normas para a gestão democrática não são tão precisos, nem possuem os critérios para efetivação, nem detalhes, que em regra geral, seriam autoaplicáveis. Para Velente e Romano (2002), recorrer à redação genérica, sujeita as ações a uma regulamentação sempre postergada, ficando um vácuo normativo, a participação e autonomia tornam-se meramente operacional e extremamente limitada.

A não inclusão de pais e/ou responsáveis nas deliberações dos *campi* do IFSP, assim como, a necessidade de participação de pais/responsáveis por estudantes nas esferas educacionais como fator pedagógico/educativo para os próprios pais e, também colaborativamente, para a instituição, contrariou a lógica anteriormente enunciada de gestão democrática. Assim sendo, por iniciativa local, criou-se a ideia de inseri-los, caso do *campus* IFSP Hortolândia, nas discussões das políticas que afetam a instituição por meio de uma instância de participação não formal³, um coletivo.

A sinalização para uma participação forte da comunidade e para o estabelecimento de coletivos que se esforcem para pensar a escola de dentro para fora, buscando o que é bom para ela, parece-nos que indica a potência da política, embora saibamos que num processo coexistam evoluções e retrocessos, nas inúmeras relações de poder estabelecidas. (Ferraro, Nogueira, Tomaz, 2015, p. 21)

Neste sentido, pensar em participação não é particularização, é uma dimensão do coletivo, que ainda que suscitem conflitos, trará a prática democrática na atuação da instituição:

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo, o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade. O gosto da pergunta, da crítica, do debate. O gosto do respeito à coisa pública que entre nós vem sendo tratada

³ Não formal nesta citação, é considerado o fato de não haver por parte dos documentos institucionais a previsão de participação do segmento de pais/representantes de estudantes.

como coisa privada, mas como coisa privada que se despreza (FREIRE, 1997, p 60).

Para Lima (2014, p. 1071), historicamente, três dimensões tem caracterizado a gestão democrática das escolas: eleição, colegialidade, participação na decisão. Contudo, pontua que, trata-se de três dimensões consideradas cruciais, certamente associadas a outras também relevantes, mas, em todo o caso, dependentes daquelas ou a elas subordinadas.

A inserção da comunidade na escola, não deveria ser encarada como um desafio, ainda mais, nos institutos federais que em sua concepção previa um novo paradigma em educação:

A escola, seja do nível que for, é parte da comunidade e, na maioria dos casos, o único espaço público de integração, organização e lazer disponível. Dessa forma, deve estar, permanentemente, aberta à população e firmar-se como um efetivo pólo cultural. Para isso, é indispensável um trabalho integrado entre Conselhos e Direções. Nosso objetivo central, nesse aspecto, deve ser a disponibilização de todos os espaços escolares para a comunidade. Isso somente será possível à medida que as organizações comunitárias passem a assumir, também, a tarefa de gerir estes espaços, e zelar pelo patrimônio público. Não se trata de algo simples, porém possível de ser concretizado por meio do diálogo e da organização. (PACHECO, 2011, p. 9)

Destarte, a instituição deve incentivar e propor, enquanto *locus* privilegiado, a participação como princípio pedagógico, para além dos sujeitos institucionais, docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos, integrando em si a comunidade de sua área de atuação, da qual pertence pais/responsáveis de estudantes.

AS REUNIÕES

Nesse sentido, em junho daquele ano letivo iniciamos os trabalhos do coletivo com a presença de dez pais, em um universo de cento e dezessete possíveis. Foi apresentada a instituição, sua organização administrativa, sua forma de financiamento, as possibilidades institucionais de acolher demandas e a importância pedagógica da participação dos pais/responsáveis no cotidiano escolar, assim como, das possibilidades de participação nas instâncias deliberativas, bem como nos conselhos pedagógicos⁴.

Inicialmente, os pais/responsáveis presentes trouxeram demandas pedagógicas de sala de aula, suas preocupações com o desempenho escolar dos filhos, dúvidas sobre as possibilidades de empregabilidade do curso, questões de indisciplina e uma grande preocupação com o componente curricular matemática, pois estudantes estavam encontrando muitas dificuldades em acompanhar a matéria. Estas questões já haviam sido discutidas na reunião de pais/responsáveis e mestres, porém aparecerem mais uma vez, tendo em vista que estas os angustiavam.

Houve uma solicitação de intervenção sobre o que poderia ser feito para suprir as necessidades apresentadas pelos estudantes, em especial no componente curricular matemática. Como só estava presente um professor que atuava nos cursos técnicos integrados ao ensino médio não aprofundamos nestas questões. Sobre o componente curricular matemática, posteriormente, foi encaminhada a demanda aos professores da área que disponibilizaram horários de atendimento e ferramentas virtuais para intervenção.

Dentro da proposta inicial dialogada na reunião de pais/responsáveis e mestres, solicitamos ao Coletivo que discutisse o que poderia ser melhorado, relacionado ao *campus*, e a sua forma de atuação, de maneira que houvessem ganhos à comunidade de pais/responsáveis e estudantes. Diante dessa proposta emergiram várias questões, entre elas, a preocupação com a estrutura viária do entorno do *campus*, como trânsito, transporte e segurança. Após discussões destes temas passou a proposta de atuação.

4 Conselhos Pedagógicos são reuniões consultivas nas quais se discutem as questões pedagógicas, assim como, o andamento do processo ensino-aprendizagem, nestas reuniões abrem-se espaços para estudantes e pais participarem trazendo suas contribuições.

Em seguida, foi encaminhado pelo grupo, a elaboração de um documento que, posteriormente, foi protocolado na prefeitura municipal de Hortolândia, sob o número 014555/2016⁵, assinado por todos.

Na reunião seguinte, convidamos uma professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, que tem experiência, teórico-prática, na relação escola-comunidade, para uma conversa com o Coletivo. Esta palestra foi muito importante, por trazer um olhar de fora, de um sujeito com diversas vivências, disposta a compartilhá-las com um grupo iniciante, mas com disposição de consolidar um coletivo atuante.

A palestra permitiu ao coletivo um salto qualitativo nas discussões posteriores, como evidência, pode-se citar que o foco das discussões na primeira reunião, mudou do desempenho acadêmico individual dos estudantes para financiamento, manutenção da instituição e a possibilidades de buscar apoio fora da instituição, nas reuniões seguintes.

Entrou na pauta do Coletivo a discussão da Medida Provisória 746/2016 que dispunha sobre a Reforma do Ensino Médio. Houve um belo debate sobre “crise econômica” versus “crise política” ensejada pelo Coletivo. Nesse encontro, definiu-se buscar apoio, para aproximar, o poder público e políticos locais, para “driblar” os cortes de verbas que o *campus* vinha sofrendo. A partir dessa reunião o Diretor Geral do *campus* passou a participar dos encontros do Coletivo, pois surgiram boatos que ocorreria o fechamento do *campus* IFSP Hortolândia durante uma reunião.

O passo seguinte foi a formulação de convite a um vereador do municipal que tinha contato com um dos componentes do Coletivo. Na sequência dos encontros compareceu o vereador convidado. O Coletivo expôs as expectativas relacionadas à presença do convidado, que assumiu alguns compromissos. Uma expectativa era tentar junto à municipalidade o fornecimento de alimentação para os estudantes do IFSP *campus* Hortolândia⁶, esta demanda foi concretizada no início do ano letivo de dois mil e dezoito.

Outra expectativa era a terraplanagem em uma área do *campus* para prática de esportes, este compromisso assumido por políticos locais. Assim como, foi garantido também, mediado pelo vereador junto a uma empresa instalada no município, um alambrado para cercar a área do *campus*, que hoje só tem uma cerca de arame farpado. E por fim, um encontro agendado com uma deputada federal que atua no Município.

Para o encontro com a deputada⁷, o Coletivo debateu-se a construção da pauta, em reunião prévia. Ficou decidido reforçar os pedidos anteriores de alimentação dos estudantes e melhorias no entorno (trânsito, transporte e segurança). Na reunião com o Coletivo, a deputada se comprometeu a executar ações que viabilizasse a alimentação para os estudantes, assim como para a melhoria do entorno do *campus*.

Na última reunião do ano, o Coletivo fez um balanço das ações, refletiu sobre como potencializar a participação de mais pessoas e construiu um calendário de reuniões ordinárias para dois mil e dezessete já prevendo algumas pautas, como o convite aos demais coletivos constituídos no *campus*, para uma possível integração.

O coletivo de pais/responsáveis tem sido atuante, nesse sentido, tem buscado integrar aos outros coletivos representativos da comunidade acadêmica, Grêmios Estudantil, para acordos de cooperação e apoio nas lutas por suas demandas gerais e específicas.

A ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

A instituição, sobretudo o Sociopedagógico, agiu em duas frentes para possibilitar a inserção dos pais/responsáveis na instituição. A primeira frente diz respeito às reuniões de

5 Solicitando: melhorias na sinalização do entorno do campus, conforme as orientações, do Departamento Nacional de Trânsito, dispostas no documento “Sinalização de Áreas Escolares”, para facilitar a travessia de pedestres e prevenir-se contra acidentes, em frente ao IFSP, ou seja, a necessidade de se colocar imitadores de velocidade, quebra molas ou “tartarugas”, nos dois sentidos Hortolândia-Sumaré e Sumaré-Hortolândia, antes dos semáforos que estavam previstos serem implantados; melhorar a sinalização do ponto de ônibus e deslocá-lo para frente do instituto no sentido Sumaré, pois o local atual é muito isolado, escuro, sem proteção contra chuva e sol, passando aos estudantes a sensação de insegurança e desconforto; aumentar da oferta de ônibus municipais e regionais, bem como que os ônibus respeitem o ponto e parem no ponto, pois haviam vários relatos por parte dos pais que os motoristas dos ônibus municipais não estão parando.

6 No ano de dois mil e dezesseis as despesas com alimentação se aproximaram do valor de R\$ 292.248,00, conforme dados consolidados pela Diretoria Adjunta de Administração do campus.

7 Vide na última página deste documento a nota lançada pela Deputada após a reunião.

pais/responsáveis e mestres para conversas sobre o desenvolvimento do trabalho pedagógico e desempenho dos estudantes, esta reunião tem sido muito bem frequentada, com a participação entre setenta e oitenta por cento de pais/responsáveis. Porém, estrategicamente posicionou-se tal reunião como dia letivo e convoca-se, além dos pais, os estudantes e os professores dos cursos.

Esta reunião é dividida em três partes, uma parte com os pais/responsáveis de todos os cursos, a fim de possibilitar uma conversa coletiva; outra parte com pais e estudantes em seu respectivo curso; e por fim uma conversa individual com os professores do curso. Formato que tem mostrado bem-sucedido, levando-se em conta a frequência, assim como, a manifestação positiva de pais/responsáveis e professores.

A segunda frente consiste no apoio, junto à consolidação do Coletivo, cedendo o espaço físico para as reuniões para as reuniões mensais. Abriu-se também ao Coletivo o acesso aos servidores do *campus*, por exemplo, em uma palestra realizada pelo grupo, a Coordenação de Extensão expediu certificados para a palestrante e participantes.

Contudo, a frequência do Coletivo ainda é baixa, tendo um núcleo frequente de seis pais e um núcleo rotativo que, às vezes, aparecem nas reuniões de mais ou menos dez pais. Isso não elimina a potencialidade da atuação coletiva de um grupo de pais/responsáveis intervindo socialmente na e para escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa nova vivência na instituição alguns pais/responsáveis relataram uma mudança de perspectiva sobre a escola. Puderam trocar o sentimento de antagonismo, pelo sentimento de pertença, pois em suas experiências, anteriores, a escola chamava para falar dos problemas dos filhos, estabelecendo uma relação de constrangimento.

Com essa nova possibilidade de participação puderam sair do “participacionismo”, aquela que os pais são convidados para ouvir o desempenho de seus filhos, participação em festas, para a limpeza, a pintura ou pequenos reparos na escola, rumo a construção de uma participação efetiva, no sentido de pensar o bem coletivo, fiscalizar, reivindicar, intervir para ajudar nas decisões. Assim como, o desenvolvimento da consciência crítica, que requer a participação, sem esta não há possibilidades de opinar ou de mudanças que atendam a expectativas.

No contexto de uma gestão democrática instituinte, a escola é organizacionalmente interpretável de formas diversas, incluindo a de sistema ou arena política, onde coexistem interesses e agendas diversas, mas também a de comunidade educativa capaz de dirimir democraticamente os seus conflitos, exigindo do Estado o cumprimento dos seus deveres, abrindo-se à comunidade local e aos não-especialistas, até como forma de ampliar e reforçar politicamente os discursos pedagógicos e as vozes de educadores e educandos, no quadro de relações de poder que são, tradicionalmente, bastante assimétricas e em desfavor das escolas e dos seus membros. (LIMA, 2013, p. 1074).

Como bem resume Bruno (1997), melhorar a qualidade da educação vai muito além da promoção de reformas curriculares, implica, antes de tudo, criar novas formas de organização do trabalho na escola, que não apenas contraponham às formas contemporâneas de organização e exercício do poder, mas que constituam alternativas práticas possíveis de se desenvolverem e de se generalizarem, como a participação de outros autores que estão implicados na atuação escolar, pautadas não pelas hierarquias de comando, mas por laços de solidariedade, que consubstanciam formas coletivas de trabalho, instituindo uma lógica inovadora no âmbito das relações sociais, a escola democrática tem sua contribuição para a transformação de si própria e de sua comunidade de atuação, levando os sujeitos à dimensão ativa na participação e intervenção nos contextos sociais dos quais pertencem.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 de junho de 2018.

BRASIL. **Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 10 de junho de 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 10 de junho de 2018.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação.** Coleção Primeiros Passos, n. 95. 6ª ed. Editora Brasiliense, São Paulo, 1994.

BRUNO, Lucia. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Dalila A. **Gestão democrática da educação.** 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p. 15-45.

FERRAROTTO, Luana.; NOGUERIA, Cleber Fernandes.; TOMAZ, Sandra Cristina **Avaliação Institucional Participativa - Fragilidades, Potencialidades e Possibilidades.** Campinas, Unicamp, 2014.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não.** São Paulo, SP: Olho d'água, 1997.

LIMA, Licínio Carlos Viana. **Organização Escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública.** São Paulo, SP: Cortez, 2013.

_____. **A Gestão Democrática das Escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária.** *Educ. Soc.* [online]. 2014, vol.35, n.129, pp.1067-1083. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302014142170>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

PACHECO, Eliezer et al(org) **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** São Paulo, SP: Moderna, 2011.

PARO, Vitor. **Gestão Democrática da Escola Pública.** São Paulo, SP: Cortez, 2016.

VALENTE, Ivan; ROMANO, Roberto. PNE: **Plano Nacional de Educação ou carta de intenção?** *Educação & Sociedade.* Campinas, v.23, n.80, p.96-107, set. 2002

Nota da Deputada Ana Perugini após a reunião com o Coletivo de Pais/Responsáveis de Estudantes do IFSP *campus* Hortolândia:

CORTES DO GOVERNO FEDERAL AFETAM ESTRUTURA DO IFSP

Estive no Instituto Técnico Federal de #Hortolândia para conversar com o coletivo de pais, com profissionais do transporte escolar e professores do IFSP - Instituto Federal de São Paulo - Campus Hortolândia. A reunião aconteceu a convite do vereador Valdecir Alves Pereira (Nego) que junto com o nosso mandato e demais forças políticas da comunidade tentam minimizar o impacto dos cortes que atingiram em cheio a nossa Educação. Segundo o Diretor do IFSP, as dificuldades são imensas. O contingenciamento poderá afetar até o fornecimento de alimentação para os alunos que estudam em tempo integral. O diretor nos disse que o IFSP reuniu toda a comunidade escolar para encontrar saídas e que uma delas passa pela alteração da grade de horários. A participação e a mobilização de pais, alunos, professores, servidores, parlamentares e lideranças, nos faz acreditar que juntos poderemos mudar o curso dessa história.

(via facebook, em 10 de junho de 2018, <https://pt-br.facebook.com/IfspInstitutoFederalDeSaoPauloCampusHortolandia/posts/1333613956662241>)